

Congresso só aprova 21 créditos

O Congresso Nacional aprovou, na manhã de ontem, e por votação simbólica, apenas 21 dos 101 pedidos de crédito do Governo que variam entre suplementar, adicional e especial, ainda para o exercício de 1991. As matérias apreciadas atendem desde o Crédito Educativo (Cr\$ 23,3 bilhões), Rio-92 (Cr\$ 15 bilhões), até a compra de fardas, entre outras contas, dos Ministérios do Exército e da Aeronáutica (Cr\$ 5,9 bilhões) e somam mais de Cr\$ 277 bilhões. Um acordo de líderes havia priorizado 23 itens da pauta que foi invertida para que se aprovasse, em primeiro lugar, o substitutivo do senador Saldanha Derzi (PRN-MS) que destina Cr\$ 15,2 bilhões para a construção de estradas vicinais na região Centro-Oeste.

Duas das propostas da lista de prioridades foram adiadas para hoje — Cr\$ 413,7 bilhões para a Telebrás e outros 13,7 também, para o DNER — porque não haviam tramitado na Comissão de Orçamento. Outro item bastante questionado mas defendido pelo PT e aprovado, foi a verba destinada à Rede Ferroviária Federal: Cr\$ 57,3 bilhões. De qualquer forma restam ainda 80 projetos de crédito na pauta que precisam ser votados ainda neste ano pelo Congresso, como o próprio Orçamento da União para 1992, o crédito especial de Cr\$ 220 bilhões para despesa com pessoal — o mesmo valor que a Medida Provisória 301 tomou “emprestado” do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT),

para o mesmo fim e pagamento das contas dos hospitais conveniados — 177 vetos presidenciais, além da própria Medida Provisória 301, e a de número 300.

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Mauro Benevides (PMDB-CE), vem alterando as sessões mistas enquanto não há acordo para a apreciação de matérias polêmicas como os vetos à Política Nacional de Salários — restam quatro vetos que implicam negociações sobre o abono salarial. As comissões especiais formadas para discutir as medidas provisórias já deram parecer pela admissibilidade e, não havendo recurso, poderão ser votadas, no mérito, ainda hoje.